

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº 81 DE 2016 (do Sr. Chico Lopes)

Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF, para debater as políticas públicas voltadas para os portadores de doença celíaca, bem como propor a instituição do Dia Nacional da Pessoa com Doença Celíaca.

Requeiro, nos termos do artigo 24, XIII combinado com o artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF, com o objetivo de debater políticas públicas voltadas aos portadores de doença celíaca, bem como avaliar a oportunidade e conveniência da instituição do Dia Nacional da Pessoa com Doença Celíaca.

Nesse sentido, sugiro que sejam convidados representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde – CNS, da Associação dos Celíacos do Brasil – ACELBRA, da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil – FENACELBRA, bem como de outros palestrantes que possam contribuir para o esclarecimento do tema.

JUSTIFICATIVA

A Doença Celíaca pode ser definida como uma intolerância permanente ao glúten, que acomete indivíduos de todas as idades com predisposição genética, que não conseguem metabolizar essa proteína, causando diversos males à sua saúde.

O glúten é a principal proteína que compõe o trigo, que hoje é a base de uma ampla gama de alimentos, medicamentos, bebidas e até mesmo cosméticos.

Os portadores da doença celíaca não podem entrar em contato com essa proteína, sob o risco de desenvolverem complicações de saúde, que podem levar até mesmo ao óbito. As opções alimentares que estão disponíveis no mercado consumidor reduzem muito a gama de produtos que o doente celíaco pode consumir.

Ao lado da falta de opções alimentares, vem o subdiagnóstico da doença, que muitas vezes não é identificada a tempo ou confundida com outros males, dificultando o correto tratamento e cronificando os sintomas do distúrbio.

Por essas e outras razões, julgamos que os portadores de doença celíaca devem ter acesso a todas as informações, diagnósticos e tratamentos necessários à melhoria de sua qualidade de vida, além de políticas públicas que garantam a segurança alimentar desse segmento da população brasileira.

Pelo exposto, solicito a realização de Audiência Pública da Comissão de Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, com o objetivo de debater a criação de uma rede pública de apoio aos portadores de doença celíaca no Brasil.

Sala da Comissão, em 12 de setembro de 2016.

CHICO LOPES
Deputado Federal (PCdoB/CE)